

FRIGORÍFICO 4 RIOS S/A

CNPJ (MF) 45.166.121/0001-46 - NIRE 35300032063

Extrato Ata Assembléia Geral Extraordinária

Aos 29/10/2020, às 8:00 h, na sede social em Votuporanga-SP. **Convenção:** publicadas no DOESP e no jornal "A Cidade de Votuporanga" nos dias 21, 22 e 23/10/2020. **Presenças:** representando 97,41% do capital social: **Liciane Paes Freire, André Luis Herrera, José Carlos da Silva**, todos qualificados no original. **Mesa:** Presidente - Liciane Paes Freire, Secretário - André Luis Herrera. **Deliberações Unânimes - AGE:** 1) Exame das demonstrações Financeiras dos exercícios sociais findos em 31/12/2017, 31/12/2018, 31/12/2019; 2) Destinação do lucro líquido dos exercícios findos em 31/12/2017 e 31/12/2018. Deliberar sobre o destino a ser dado ao líquido de 2017, no montante de R\$ 593.417,76, conforme ela equivalentes a 15,32% do patrimônio líquido da sociedade em 31/12/2017, no valor de R\$ 3.874.715,80, lucro líquido de 2018, no montante de R\$ 567.262,93, conforme ela equivalente a 15,77% do patrimônio líquido da sociedade em 31/12/2018, no valor de R\$ 3.597.887,04, distribuição do referido montante, se mostrava compatível com a situação patrimonial da companhia, razão pela qual tinha a propor a distribuição do lucro, a qualquer momento, podendo ser diário, mensal ou anual; 3) Reeleição da atual diretoria: Diretora Presidente - Liciane Paes Freire; Diretor Secretário - André Luis Herrera e Conselho Fiscal - José Carlos da Silva, que será de 3 anos, a iniciar em 11/04/2020 e termino em 11/04/2023, foi aprovado que os diretores não terão remuneração; 4) Outros assuntos de interesse da sociedade. **Nada mais.** **JUCESP nº 544.154/20-4 em 21/12/2020.** Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Guide Investimentos S.A.**Corretora de Valores**

CNPJ nº 65.913.436/0001-17 - NIRE 35.300.131.177

Edital de Convocação - AGE

Ficam convocados os acionistas para se reunirem em AGE, que se realizará via conferência eletrônica através de link a ser disponibilizado previamente pela Companhia, conforme permitido pela Lei nº 14.101 de 10/06/20, em 15/03/21, às 10:30h, para: (a) homologar o aumento de capital social da Companhia deliberado e aprovado pelos Acionistas na assembleia extraordinária realizada em 09/02/21 após o término do período de exercício do direito de preferência pelos acionistas da Companhia; (b) alterar e consolidar o Estatuto Social da Companhia, a fim de refletir a aprovação do Aumento de Capital, e; (c) autorizar os diretores da Companhia a realizar todos os atos necessários a formalização e execução do Aumento de Capital, incluindo, mas não se limitando a alteração do Estatuto Social da Companhia. **Instruções Gerais:** Poderão participar da AGE os acionistas titulares de ações ordinárias ou preferenciais emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, desde que a cópia autenticada dos respectivos documentos de identidade e de comprovação de poderes sejam encaminhados à Companhia até a data que anteceder a realização da assembleia, aos cuidados do Departamento Jurídico. Registra-se que os documentos a serem discutidos no âmbito da AGE encontram-se à disposição no endereço da sede da Companhia. São Paulo, 04/03/21. **Guide Investimentos S.A. Corretora de Valores.**

City Serviços Aereos S.A.

CNPJ/MF nº 08.947.735/0001-39 - NIRE 35.300.473.388

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17/12/2020

Dia, Hora e Local: 17/12/2020, às 16 horas, na sede social da Companhia, na Rua Canadá, 387, São Paulo-SP. **Quorum:** Acionistas representando 100% do capital social. **Convocação:** Dispensada a convocação face à presença da totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Leila Mejdalani Pereira e Secretário: José Roberto Lamacchia. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre o aumento do capital social e alteração do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações tomadas por unanimidade:** O aumento de capital social da Companhia e a respectiva integralização, no montante de R\$900.000,00 mediante a incorporação dos valores transferidos através de AFAC pelas acionistas em favor da Companhia, passando o capital social de R\$14.517.804,00 para R\$15.417.804,00 com a emissão de novas ações ordinárias, subscritas e integralizadas, proporcionalmente. Em decorrência da deliberação acima, o artigo 6º do Estatuto Social da Companhia passa a ter a seguinte redação: **Artigo 6º. O Capital social é de R\$15.417.804,00, dividido em 15.417.804 ações, no valor nominal de R\$1,00 cada ação, totalmente subscrito e integralizado, assim distribuído entre as acionistas. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata que, lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes. Assinaturas: **Presidente da mesa/Acionista/Diretor Superintendente:** Leila Mejdalani Pereira; **Secretário da mesa/Diretor Superintendente:** José Roberto Lamacchia; **Acionista:** Crefipar Participações e Empreendimentos S.A., por seu Diretor Presidente José Roberto Lamacchia. Registro JUCESP sob nº 2.114/21-5 em 06/01/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

**Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.**

(Companhia Aberta)

CNPJ/MF nº 02.415.408/0001-50

Relatório da Administração (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia: 1.1. Aos acionistas: É com satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. ("CCR ViaOeste" ou "Companhia" ou "Concessionária"), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhados do relatório dos auditores independentes. **1.2. Apresentação:** A Companhia foi constituída em 1998 e tem por objeto exclusivo a exploração do sistema Castello-Raposo, respectivos acessos, execução, fiscalização e gestão dos serviços delegados, complementares e de apoio aos serviços não delegados e tudo mais que for objeto do contrato de concessão CR/003/1998, celebrado em 30 de março de 1998 entre a Companhia e a ARTESP, na qualidade de sucessora da DER ("Contrato de Concessão"), sendo vedada a prática de atos estranhos à essa finalidade. Composta pelas Rodovias Presidente Castello Branco (SP-280), Raposo Tavares (SP-270), Senador José Ermirio de Moraes (SP-075) e Dr. Celso Charuri (SP-091/270), sendo responsável pela administração (operação, conservação e manutenção) de 176,06 quilômetros e manutenção e conservação de 4,4 quilômetros ("Concessão"). O prazo do Contrato de Concessão original era de 240 (duzentos e quarenta) meses, que, conforme aditado pelo 12º Termo Aditivo Modificativo ao Contrato de Concessão, passou a ser de 297 (duzentos e noventa e sete) meses, permanecendo válido, portanto, até dezembro de 2022. A Companhia emprega de forma direta 755 pessoas. Atualmente, a Companhia gera empregos em toda a região de influência de suas rodovias, contribuindo para o desenvolvimento econômico dos 16 municípios do entorno das rodovias sob sua administração. A Companhia é uma sociedade por ações controlada pela CCR S.A. ("CCR"), a qual detém indiretamente 100% do capital social da Companhia. **1.3. Destaques de 2020: Investimentos:** • Recuperação/Manutenção do Pavimento; • Composição de Obras de Arte Especiais. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio. Foram distribuídos no ano de 2020, devidamente aprovados em AGE (Assembleia Geral Extraordinária): Dividendos: R\$ 264.319; • 23/04/2020 - R\$ 76.469 de dividendos adicionais propostos de 2019; • 25/11/2020 - R\$ 160.000 de dividendos intermediários de 2020; • 22/12/2020 - R\$ 27.850 de dividendos intermediários de 2020. **Juros sobre o Capital Próprio:** • 22/12/2020 - R\$ 7.868 de juros sobre o capital próprio destacados na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18/12/2020. **Empréstimos e Debêntures:** • Liquidação da 7ª Emissão de Debêntures. **Programas sociais:** Em razão da pandemia de COVID-19, os projetos sociais estão suspensos, com exceção do Estrada para a Saúde e Caminhos para a Cidadania.

2. Desempenho econômico-financeiro: 2.1. Eventos relevantes ao Mercado: Quadro resumo do desempenho econômico-financeiro

Em R\$ mil	2020	2019	Varição%
Receita líquida	897.951	961.300	-6,59%
Receita de pedágio	947.181	1.025.072	-7,60%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	16.248	9.827	65,34%
Outras receitas	18.137	16.674	8,77%
(-) Deduções da receita bruta	(83.615)	(90.273)	-7,38%
(-) Custos e despesas (a)	(458.578)	(445.713)	2,89%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	(16.248)	(9.827)	65,34%
Demais custos e despesas	(442.330)	(435.886)	1,48%
(+/-) Resultado financeiro líquido	(32.596)	(43.298)	-24,72%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(134.772)	(155.555)	-13,36%
Lucro líquido	272.005	316.734	-14,12%
(+/-) Resultado financeiro líquido	32.596	43.298	-24,72%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	134.772	155.555	-13,36%
EBIT	439.373	515.587	-14,78%
Margem EBIT	48,93%	53,63%	-4,7 p.p.
Margem EBIT ajustada (b)	49,83%	54,19%	-4,4 p.p.
(+) Depreciação/amortização	195.651	184.514	6,04%
EBITDA	635.024	700.101	-9,30%
Margem EBITDA	70,72%	72,83%	-2,1 p.p.
(+) Despesas antecipadas ao resultado (d)	44.956	44.956	0,00%
EBITDA ajustado	679.980	745.057	-8,73%
Margem EBITDA ajustada (e)	77,12%	78,31%	-1,2 p.p.
Endividamento bruto (f)	314.444	630.883	-50,16%
Investimentos (caixa)	21.193	14.400	47,17%
Veículos equivalentes (em milhares)	104.325	115.834	-9,94%

(a) Custos totais: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais; (b) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº 527/12; (c) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas receitas líquidas sem considerar a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais; (d) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. Para maiores detalhes vide nota explicativa 9 - Pagamentos antecipados relacionados à concessão; (e) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais; (f) Somatório das debêntures de curto e longo prazo (líquidos dos custos de transação). **2.2. Desempenho: 2.2.1. Receita operacional:** A receita bruta de pedágio em 2020 totalizou R\$ 947.181 (-7,6% sobre 2019). O decréscimo da receita de pedágio é essencialmente reflexo da queda de tráfego em virtude das medidas restritivas adotadas por conta da COVID-19. **2.2.2. Custos e despesas totais:** Os custos e despesas totalizaram R\$ 458.578 no ano de 2020. Os principais fatores que contribuíram para o aumento de 2,89% em relação a 2019, foram: Os custos de construção atingiram R\$ 16.248. O aumento de 65,34% em relação a 2019 é reflexo do cronograma de investimento acordado com o Poder Concedente. • Depreciação e amortização somaram R\$ 195.651 no ano de 2020, o crescimento de 6,04% em relação ao ano anterior decorre dos investimentos realizados, descrito na seção de investimentos. • O custo da outorga, que inclui a apropriação de despesas antecipadas, atingiu R\$

59.458 no ano de 2020, apresentando redução de 1,90% em relação a 2019, não sofrendo variações significativas. • Em 2020 o custo dos serviços totalizou R\$ 111.769, representando aumento de 7,07% em relação a 2019. Neste grupo temos os itens de prestadores de serviços, assim como os custos diretos relacionados à conservação especial da rodovia, tais como: estabilização de terraplenos, conservação de obras de arte especiais (pontes, viadutos e túneis), obras de arte correntes (drenagem), entre outros. • Os custos e despesas com pessoal atingiram R\$ 49.916 no ano de 2020, registrando aumento de 3,65% em relação a 2019, reflexo principalmente das adequações de pessoal. • Os outros custos e despesas, tais como serviços públicos, alugueis, marketing, materiais, equipamentos e veículos tiveram diminuição de 26,14% em relação a 2019, atingindo R\$ 25.536 no ano de 2020. **2.2.3. Resultado financeiro:** No ano de 2020, as operações financeiras da Companhia geraram resultado financeiro líquido negativo de R\$ 32.596, ante R\$ 43.298 em 2019. A redução de 24,72% ocorreu pela queda do indexador CDI que variou de 5,96% em 2019 para 2,75% em 2020. Em 2020 ocorreu, também, a liquidação da 7ª emissão de debêntures no mês de novembro. **2.2.4. Lucro líquido:** Em 2020, o lucro líquido atingiu R\$ 272.005, apresentando uma redução de 14,12% em relação a 2019, reflexo principalmente do desempenho da Receita Operacional. **2.2.5. Endividamento:** A dívida bruta alcançou R\$ 314.444 em 2020 ante R\$ 630.883 em 2019, reflexo da liquidação da 7ª emissão de debêntures no mês de novembro de 2020, representando uma redução de 50,16%. **2.2.6. Investimentos:** Em 2020, os investimentos somaram R\$ 21.193, dentre os quais destacam-se: Recuperação/Manutenção do Pavimento e Recuperação de Obras de Arte Especiais. **3. Estratégia e Gestão: 3.1. Governança Corporativa:** Conselho de Administração: A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. Nosso Conselho de Administração é, atualmente, composto por seis membros efetivos, dentre os quais um será eleito Presidente e um Vice-Presidente. De acordo com o nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada e será composto por, no mínimo seis e no máximo oito membros efetivos. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, serão eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia. Compete à Diretoria Executiva a gestão dos negócios, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. A Diretoria Executiva funcionará em forma colegiada, deliberando sempre por consenso entre seus integrantes. Na hipótese de não ocorrer o esperado consenso, a matéria é submetida à deliberação do Conselho de Administração. Os Diretores são responsáveis pela administração cotidiana e são eleitos pelo nosso Conselho de Administração para um prazo de mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. Atualmente, a Diretoria da Companhia é composta por 2 (dois) membros, sendo um deles Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores e o outro de Engenharia de Operações, conforme Estatuto Social da Companhia. O Diretor de Relações com Investidores da Companhia é o Sr. José Salim Kallab Fraiha. A Diretoria de Relações com Investidores está localizada na Rodovia Presidente Castello Branco, km 24 - lado par (sentido capital), Conjunto Norte, Jardim Mutinga, Município Barueri, Estado São Paulo, CEP: 06463-400 e no endereço eletrônico <http://www.grupo.com.br/viaoeste>. O Sr. José Salim Kallab Fraiha pode ser contatado no telefone (11) 2664-6006 ou pelo e-mail: mailto:cvm.viaoeste@grupoccr.com.br. Outras informações da Companhia podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da própria Companhia e da CVM. **3.2. Gestão de Pessoas:** A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Atualmente a Companhia emprega 755 de forma direta. Em 2020, foram investidos aproximadamente R\$ 190 em 26 programas de treinamento e capacitação das pessoas.

4. Sustentabilidade: A sustentabilidade é um pilar estratégico do Grupo CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento. Nossa cultura de sustentabilidade permeia os negócios e é impulsionada por uma estrutura de gestão dedicada a avaliar riscos, oportunidades a fim de ampliar os impactos ambientais, sociais e econômicos em nossas operações. Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança para a sustentabilidade que permeia todo o Grupo CCR, desde o Conselho de Administração (CA) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura. A atuação do Comitê de Riscos e Reputação, que assessora o CA, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem o desenvolvimento dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, ao aprimoramento das relações com os stakeholders e à organização das doações e patrocínios a projetos socioambientais. A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade do Grupo CCR é decidida de forma colegiada através da Diretoria Executiva, do Comitê de Riscos e Reputação e do Conselho de Administração da CCR S.A.. A Diretoria Executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para as divisões de negócio. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos socioambientais é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento socioambiental. Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR: • Código de Ética; • Política do Meio Ambiente; • Política de Mudanças Climáticas; • Política de Responsabilidade Social; • Política de Gerenciamento de Riscos; • Política da Empresa Limpa; Para conhecer essas e outras políticas do Grupo CCR, acesse: <http://ri.ccr.com.br/governanca-corporativa/politicas-estatuto-codigo-de-etica-e-acordo-de-acionistas/>

Visando transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do Relatório Anual e de Sustentabilidade. Para ler a edição mais recente do Relatório Anual e de Sustentabilidade acesse: <http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>. **4.1. Gestão da sustentabilidade:** A Companhia possui um programa estruturado com metas, recursos e responsáveis definidos para a gestão de recursos ambientais. Este programa tem como objetivo a melhoria contínua, baseada em abordagens preventivas de gestão ambiental, visando o uso ou consumo sustentável de recursos naturais renováveis a longo prazo. No ano de 2020 a CCR ViaOeste manteve as certificações conquistadas, ISO 9001, ISO 14001 e ISO 45001, operando o SGI - Sistema de Gestão Integrado, que contempla as ações de Qualidade, Meio Ambiente, Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional. Além disso em 2020, a Companhia colaborou dentro dos seus processos de sustentabilidade a permanência do Grupo CCR na carteira do ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial. Também contribuiu com as informações para elaboração do *Global Reporting Initiative* - GRI. Principais ações para redução do consumo de água, energia elétrica e geração de resíduos: • Em 2020 foram realizadas visitas técnicas nas bases operacionais para conscientização e redução do consumo de água, energia elétrica, combustível e geração de resíduos, com o objetivo de reduzir os impactos ambientais. Entre as ações implantadas, foi constituído um grupo de trabalho para definir as estratégias de comunicação para orientar e conscientizar os colaboradores, intensificando a necessidade da mudança de hábitos e comportamento em relação ao consumo consciente. • Em 2020 a Companhia utilizou água de reuso em seus processos operacionais e administrativos, implantou iluminação a LED, controle das contas públicas para identificação de desvios no consumo de água e energia elétrica, utilização de combustíveis e veículos menos poluentes (moto resgate e veículo elétrico). Na gestão de resíduos, destinação de forma ambientalmente correta, reaproveitamento e reciclagem de entulho de construção civil e material fresado. • Principais projetos sociais desenvolvidos pela Companhia.

• **Caminhos para a Cidadania** - Realizado na Companhia desde 2007, com foco em segurança no trânsito, mobilidade urbana e cidadania, o programa oferece uma abordagem didático-pedagógica, desenvolvida para se trabalhar questões relativas à cidadania e a segurança no trânsito. O objetivo do programa é contribuir para uma sociedade mais consciente, preservando vidas e formando jovens cidadãos. Desde o início, já foram atendidos mais de 700 mil alunos, mais de 24 mil educadores em 400 escolas por ano, em 17 municípios do sistema Castello-Raposo. O programa Caminhos para a Cidadania tem como foco alunos de 4º e 5º anos do ensino fundamental das redes públicas de ensino. Em 2020, as atividades foram desenvolvidas de forma totalmente digital. Para os professores foram realizados cursos online, com questões pertinentes ao momento de pandemia em que o mundo está vivendo. A primeira formação iniciada em junho foi focada nas Competências Socioemocionais. Para apoio aos alunos foram disponibilizados planos de aula que podem ser aplicados pelos pais com as crianças, além de jogos educativos, sugestões e séries que divertem e ensinam ao mesmo tempo; • **Estrada para Saúde** - Instalado na área de descanso, situado no km 57 da Rodovia Castello Branco - SP 280, junto ao Posto de Serviços Quinta do Marques, oferece diariamente e gratuitamente, a verificação de glicemia, colesterol e pressão arterial; acuidade visual; cálculo de IMC; consultas especializadas com enfermeiros, saúde bucal (tratamento odontológico preventivo, limpeza e restaurações), corte de cabelo e massagem bioenergética. Disponibiliza ainda aos usuários espaço com lavanderia, chuveiros, além de um amplo estacionamento para 50 carretas. Desde 2002 até 2020 foram atendidos mais de 53 mil caminhoneiros. Em 2020 foram atendidos, 1481 caminhoneiros. Importante destacar que em 2020, a principal atividade do Programa Estrada para a Saúde foi o apoio às ações de enfrentamento ao COVID 19. Nesse contexto foram entregues diversos itens, tais como kit higiene, kit alimentação, máscaras de tecido, tags, entre outros, além da aplicação de vacinas (H1N1). Foram atendidos um total de 116.996 caminhoneiros; • **Campanhas do Agasalho** - Em 2020 foram doados 4.400 cobertores novos ao Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo; • **Doação de Sangue** - Em 2020 ativamos uma campanha de doação de sangue internamente, junto aos colaboradores, e tivemos a adesão de 50 pessoas, gerando assim 150 bolsas de sangue nas unidades da Pro Sangue de Barueri e Osasco, e Colsan Sorocaba. **4.2. Gestão da sustentabilidade:** Em 2020, a Companhia recebeu prêmios e reconhecimentos de destaque, entre eles: • Prêmio ARTESP 2020 (ano base 2019) - Vencedora como "Concessionária do Ano" e na categoria "Melhorias nas Rodovias"; • Prêmio Inovainfra 2020 da Revista O Empreiteiro - Categoria Rodovias.

5. Considerações finais: 5.1. Agradecimentos: Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Companhia. **5.2. Auditores independentes:** Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, não foram contratados Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes. **5.3. Declaração da Diretoria:** Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Barueri, 04 de março de 2021. A Administração

continua

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S.A. (Companhia Aberta)																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Circulante																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Caixa e equivalentes de caixa	6	46.697	6.591	Debêntures	13	314.444	332.429																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Aplicações financeiras	6	17.740	164.312	Fornecedores		13.401	12.994																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Contas a receber	7	60.990	65.687	Imposto de renda e contribuição social		46.296	58.461																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Contas a receber - partes relacionadas	10	2.039	1.487	Impostos e contribuições a recolher		8.882	8.765																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	44.956	44.956	Obrigações sociais e trabalhistas		6.773	9.293																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Tributos a recuperar		2.008	5.588	Fornecedores - partes relacionadas	10	4.054	2.954																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Despesas antecipadas		2.902	3.480	Obrigações com o poder concedente		1.367	1.358																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Adiantamento a fornecedores		51	295	Outras contas a pagar		15.441	6.430																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Outros créditos		286	319	Total do passivo circulante		410.658	432.684																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Total do ativo circulante		177.669	292.715	Não circulante																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Não circulante																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Realizável a longo prazo				Debêntures	13	-	298.454																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Aplicações financeiras - conta reserva	6	1.740	-	Tributos diferidos	8b	21.505	29.836																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Contas a receber - partes relacionadas	10	777	1.300	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	14	4.916	6.393																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	44.955	89.911	Obrigações sociais e trabalhistas		166	166																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Depósitos judiciais		1.469	1.313	Total do passivo não circulante		26.587	334.849																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
		48.941	92.524	Patrimônio líquido																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
		11	21.702	Capital social	15a	139.763	139.763																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
		12	401.315	Reservas de capital	15c	2.642	2.642																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
		12	34.298	Reservas de lucros	15b	29.175	27.988																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
			506.256	Dividendo adicional proposto		75.100	76.469																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
			683.925	Total do patrimônio líquido		246.680	246.862																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
				Total do passivo e patrimônio líquido		683.925	1.014.395																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Saldos em 1º de janeiro de 2019	Nota	Reserva de Capital		Reserva de Lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
		Capital social	Ágio na Incorporação	Incentivos Fiscais	Retenção de lucros			Total																																																																																																																																																																																																																																																																																																			
Distribuição de dividendos em 28 de abril de 2019		139.763	2.642	35	27.953	-	245.398																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	316.734																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Destinações:																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Distribuição de dividendos em 29 de outubro de 2019		-	-	-	-	-	(230.348)																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	-	(9.917)																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Dividendo adicional proposto		-	-	-	-	76.469	(76.469)																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Saldos em 31 de dezembro de 2019		139.763	2.642	35	27.953	-	246.862																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Distribuição de dividendos em 20 de abril de 2020	15e	-	-	-	-	(76.469)	(76.469)																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Lucro líquido do exercício	15a	-	-	-	-	-	272.005																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Destinações:																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Distribuições de dividendos em 23 de novembro de 2020	15e	-	-	-	-	-	(187.850)																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Juros sobre Capital Próprio em 18 de dezembro de 2020 (Líquido)	15f	-	-	-	-	-	(6.688)																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Juros sobre Capital Próprio em 18 de dezembro de 2020 (IRRF)	15f	-	-	-	-	-	(1.180)																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Dividendo adicional proposto		-	-	-	-	75.100	(75.100)																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Reserva de retenção de lucros	15d	-	-	-	1.187	-	(1.187)																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Saldos em 31 de dezembro de 2020		139.763	2.642	35	27.953	75.100	246.680																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2020		2019		2020		2019																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
	Lucro líquido do exercício	272.005	316.734	Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(151.967)	(156.515)																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
Ajustes por:																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(8.331)	(24.297)	Obrigações com o poder concedente	9	63																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Apropriação de despesas antecipadas	44.956	44.956	Outras contas a pagar	9.011	209																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Depreciação e amortização	175.552	165.405	Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	(4.452)	(4.473)																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Baixa do ativo imobilizado e intangível	82	820	Cessão onerosa - Pagamento de principal e juros	-	(42.368)																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Juros e variação monetária sobre debêntures	42.615	63.794	Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	546.519	542.602																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Capitalização de custo de empréstimos	(2.720)	(1.641)	Fluxo de caixa das atividades de investimentos																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Provisão para perda esperada - contas a receber	99	(8)	Aquisição de ativo imobilizado	(2.332)	(3.924)																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Amortização do direito de concessão	20.099	19.109	Adições ao ativo intangível	(18.861)	(10.476)																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Resultado de operações com derivativos	-	(3.105)	Aplicações financeiras, líquidas de resgates	146.572	(15.109)																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Juros e variação monetária com partes relacionadas	-	2.119	Outros de ativo imobilizado e intangível	9	299																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Variações cambiais sem fornecedores estrangeiros	5	7	Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimentos	125.388	(29.210)																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Constituição da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	2.360	5.959	Fluxo de caixa das atividades de financiamento																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Atualização monetária sem riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	615	(104)	Aplicações (conta reserva)	(1.740)	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Valor justo de debêntures (hedge accounting)	-	(3.396)	Dividendos e JCP pagos	(271.007)	(315.270)																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
(Aumento) redução dos ativos			Debêntures																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Contas a receber de clientes	4.598	(8.872)	Pagamentos de principal	(330.000)	(196.267)																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Contas a receber - partes relacionadas	(29)	409	Pagamento de juros	(29.054)	(50.364)																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Impostos a recuperar	3.592	202	Liquidação de operações com derivativos	-	47.902																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Despesa antecipada e outros créditos	455	(811)	Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(631.801)	(513.999)																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Adiantamento a fornecedores	244	267	Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	40.106	(607)																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Aumento (redução) dos passivos			Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Fornecedores	402	(2.534)	No início do exercício	6.591	7.198																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Fornecedores - partes relacionadas	1.100	101	No final do exercício	46.697	6.591																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Obrigações sociais e trabalhistas	(2.520)	(594)		40.106	(607)																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão para IR e CS	138.739	171.166																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
1. Contexto operacional																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada à Rodovia Presidente Castello Branco, Km 24 - Lado Par - Conjunto Norte, bairro Jardim Mutinga, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo. A Controladora final da Companhia é a CCR S.A. A Companhia tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão entre 31 de março de 1998 e 31 de dezembro de 2022, a exploração do Sistema Rodoviário Castello Branco/Raposo Tavares, incluindo as rodovias Presidente Castello Branco (SP 280), Raposo Tavares (SP 270), Senador José Ermirio de Moraes (SP 075) e Dr. Celso Charuri (SP 091), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema e respectivos acessos, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto de acordo com o Edital de Concorrência nº 008/CIC/97 do Departamento de Estradas de Rodagem - DER de São Paulo. A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão, denominados de ampliações principais: Marginais da Rodovia Presidente Castello Branco Km 13,7 ao km 24,6: Construção de marginais na Rodovia Presidente Castello Branco entre os km 13,7 e km 24,6 (região de Alphaville), concluída no primeiro semestre de 2001. Duplicação da Rodovia Raposo Tavares km 34,0 ao km 115,5: A duplicação entre os trechos dos km 34,0 ao km 45,0 e dos km 89,0 ao km 115,5 já foram concluídas. A duplicação entre o km 45,0 e km 89,0 deverá ser concluída até 2022, conforme Contrato de Concessão nº 003/CR/1998, de 30 de março de 1998 e seus Termos Aditivos e Modificativos. Contornos de São Roque e Brigadeiro Tobias: O contorno de São Roque foi executado no período de setembro de 2006 a agosto de 2007, na Rodovia Raposo Tavares (SP 270). O contorno de São Roque possui uma extensão de 4,5 km, em pista simples, com duas faixas de rolamento e acostamentos, desviando o tráfego pesado do centro do município de São Roque para a rodovia. O contorno de Brigadeiro Tobias, foi concluído em julho de 2007, na Rodovia Raposo Tavares - SP 270, no distrito de Sorocaba. Da mesma forma que o contorno de São Roque, esta obra permitiu o desvio do tráfego rodoviário do centro urbano do distrito de Brigadeiro Tobias, interligando a Rodovia Raposo Tavares (SP 270) entre o km 87,0 e o km 89,6. Em 2016, a Companhia concluiu o prolongamento e duplicação do contorno de São Roque. O projeto visou aumentar a capacidade do contorno existente (o qual teve sua construção finalizada em 2007), que circunda o município de São Roque - SP, desviando o tráfego pesado da área urbana. Duplicação km 63+000 ao km 67+000 - São Roque - SP / Mairinque - SP. O projeto de duplicação do trecho entre os km 63+000 ao 67+000 na região de Mairinque - SP atravessa área conturbada entre os municípios de São Roque - SP e Mairinque - SP, melhorando a infraestrutura viária para movimentações de tráfego regional e local. A ampliação proposta contempla inserção/ampliação de áreas de acostamento, barreira central de separação das pistas e eliminação das travessias em nível e promoverá condições para a fluidez do tráfego, melhorias das condições de segurança e ampliação da capacidade de tráfego. A duplicação km 63+000 ao km 67+000 foi concluída em maio de 2017. A Companhia também atuou no sentido de viabilizar soluções de investimentos e serviços de infraestruturas no trecho concedido à Companhia, contribuindo para o desenvolvimento das regiões lineares. Neste intuito, a Companhia seguiu com os seguintes projetos: Projeto Cebolão: O Projeto Cebolão consistiu na construção de um complexo viário, que se uniu ao antigo Cebolão, objetivando a redução do congestionamento na chegada à São Paulo, através da Rodovia Presidente Castello Branco. Este projeto também contemplou melhorias no trevo de acesso à Jandira, Itapevi e Aldeia da Serra. Dentro do escopo desse projeto, o Poder Concedente estendeu a área de atuação da Companhia e autorizou a extensão dos pedágios das praças de Barueri e Osasco para as pistas expressas da Rodovia Presidente Castello Branco. Marginais de Sorocaba - km 92,0 a km 106,0: Este investimento, com início em setembro de 2008, tem o intuito de atender aos níveis de serviço devido à alta demanda de tráfego rodoviário local, proporcionando mais conforto e fluidez aos usuários. A Companhia liberou para o tráfego de veículos a nova pista da marginal da Rodovia Raposo Tavares entre o km 95 e km 106, conforme abaixo: • 1ª Etapa: entre os km 99 e km 100 - conclusão em 06/2009; • 2ª Etapa: entre os km 95 e km 98 - conclusão em 12/2010; • 3ª Etapa: entre os km 98 e km 99, bem como, entre os km 100 e km 105 - conclusão em 03/2011; e • 4ª Etapa: entre os km 105 e km 106 - conclusão em 01/2013. A última etapa da construção da marginal da Rodovia Raposo Tavares, entre o km 92 e km 95, foi concluída em dezembro de 2014. Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato: No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. A Companhia terá direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão. Os direitos do Poder Concedente de rescindir o contrato de concessão da Companhia incluem o desempenho insatisfatório da Companhia e a violação significativa dos termos do referido contrato. O contrato de concessão da Companhia poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente tais como o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso,																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado. 1.1. Processo de investigação: Em 29 de novembro de 2018, a Controladora CCR S.A. celebrou Termo de Autocomposição, do qual a Companhia é parte integrante, com o Ministério Público do Estado de São Paulo, para posterior homologação judicial, pelo qual, a Controladora CCR S.A. se comprometeu a pagar, a quantia de R\$ 81.530, dos quais R\$ 64.530 para o Estado de São Paulo e R\$ 17.000, a título de doação, para a Faculdade de Direito da USP. Tais valores foram integralmente provisionados, pela Controladora, no exercício de 2018, com vencimento em duas parcelas, a primeira no valor de R\$ 49.265 e a segunda de R\$ 32.265, ambas pagas nos vencimentos, que ocorreram em março de 2019 e março de 2020. Tais valores foram corrigidos pela Selic, a partir da data de assinatura do Termo. Em 15 de julho de 2019, o Estado de São Paulo interpôs recurso contra a homologação do Termo de Autocomposição, ocorrida em 09 de maio de 2019, sustentando a impossibilidade de celebração de acordo em matéria de improbidade e com a finalidade de que toda contraprestação imposta à Controladora por força do Termo reverta exclusivamente em favor do Estado de São Paulo. A Controladora reitera que o Termo de Autocomposição foi celebrado seguindo os parâmetros estipulados com o Ministério Público do Estado de São Paulo. Em 04 de fevereiro de 2020, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou o recurso interposto pelo Estado de São Paulo, mantendo integralmente a sentença de primeira instância. As investigações das autoridades públicas não foram concluídas e, dessa forma, novas informações podem ser reveladas no futuro, sendo certo que tais investigações correm em segredo de justiça, não tendo a Controladora CCR e a Companhia, consequentemente, acesso à documentação e informações correlatas. No momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto nestas demonstrações financeiras. A Companhia e sua Controladora CCR S.A. continuarão contribuindo com as autoridades públicas e manterão os seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados. 1.2. Efeitos da pandemia do COVID-19: Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) era uma emergência de saúde global, passando a ser considerado pandemia em anúncio feito pela mesma OMS em 11 de março de 2020. A pandemia desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e estão gerando impactos relevantes na Companhia. A Companhia tem acompanhado diariamente a movimentação e, até 31 de dezembro de 2020, verificou o seguinte resultado do levantamento referente ao tráfego da rodovia, na forma de veículos equivalentes:																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="4">Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)</th> </tr> <tr> <th>Receitas</th> <th>Nota</th> <th>2020</th> <th>2019</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Custos dos serviços prestados</td> <td>16</td> <td>897.951</td> <td>961.300</td> </tr> <tr> <td>Custo de construção</td> <td></td> <td>(16.248)</td> <td>(9.827)</td> </tr> <tr> <td>Depreciação e amortização</td> <td></td> <td>(194.221)</td> <td>(183.002)</td> </tr> <tr> <td>Custo da outorga</td> <td></td> <td>(59.458)</td> <td>(60.608)</td> </tr> <tr> <td>Serviços</td> <td></td> <td>(81.963)</td> <td>(74.357)</td> </tr> <tr> <td>Custo com pessoal</td> <td></td> <td>(35.317)</td> <td>(37.501)</td> </tr> <tr> <td>Materiais, equipamentos e veículos</td> <td></td> <td>(9.951)</td> <td>(11.068)</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td></td> <td>(6.427)</td> <td>(6.372)</td> </tr> <tr> <td>Lucro bruto</td> <td></td> <td>494.366</td> <td>578.565</td> </tr> <tr> <td>Despesas gerais e administrativas</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Despesas com pessoal</td> <td></td> <td>(14.599)</td> <td>(14.304)</td> </tr> <tr> <td>Serviços</td> <td></td> <td>(29.806)</td> <td>(30.030)</td> </tr> <tr> <td>Materiais, equipamentos e veículos</td> <td></td> <td>(810)</td> <td>(587)</td> </tr> <tr> <td>Depreciação e amortização</td> <td></td> <td>(1.430)</td> <td>(1.512)</td> </tr> <tr> <td>Contribuições a sindicatos e associações de classe</td> <td></td> <td>(1.030)</td> <td>(1.497)</td> </tr> <tr> <td>Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos</td> <td></td> <td>(3.538)</td> <td>(4.247)</td> </tr> <tr> <td>Reversão (provisão) para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários</td> <td></td> <td>1.477</td> <td>(1.382)</td> </tr> <tr> <td>(Provisão) reversão para perda esperada - Contas a receber</td> <td></td> <td>(99)</td> <td>8</td> </tr> <tr> <td>Água, luz, telefone, internet e gás</td> <td></td> <td>(2.660)</td> <td>(2.593)</td> </tr> <tr> <td>Lei Rouanet, Incentivos audiovisuais, esportivos e outros</td> <td></td> <td>(1.656)</td> <td>(3.210)</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td></td> <td>(3.463)</td> <td>(5.815)</td> </tr> <tr> <td>Outros resultados operacionais</td> <td></td> <td>2.621</td> <td>2.191</td> </tr> <tr> <td>Resultado antes do resultado financeiro</td> <td></td> <td>439.373</td> <td>515.587</td> </tr> <tr> <td>Resultado financeiro</td> <td>17</td> <td>(32.596)</td> <td>(43.298)</td> </tr> <tr> <td>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</td> <td></td> <td>406.777</td> <td>472.289</td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos</td> <td></td> <td>8</td> <td>(134.772)</td> </tr> <tr> <td>Lucro líquido do exercício</td> <td></td> <td>272.005</td> <td>316.734</td> </tr> <tr> <td>Lucro líquido por ação ordinária (em reais - R\$)</td> <td>15g</td> <td>0,01854</td> <td>0,02158</td> </tr> <tr> <td>Lucro líquido por ação preferencial (em reais - R\$)</td> <td>15g</td> <td>0,02039</td> <td>0,02374</td> </tr> </tbody> </table> <p>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="4">Demonstrações de resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2020</th> <th>2019</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Lucro líquido do exercício</td> <td>272.005</td> <td>316.734</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Outros resultados abrangentes</td> <td>-</td> <td>-</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Resultado abrangente do exercício</td> <td>272.005</td> <td>316.734</td> <td></td> </tr> </tbody> </table> <p>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="4">Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2020</th> <th>2019</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receita de pedágio</td> <td>16</td> <td>947.181</td> <td>1.025.072</td> </tr> <tr> <td>Receita de construção</td> <td>16</td> <td>16.248</td> <td>9.827</td> </tr> <tr> <td>Receita de partes relacionadas</td> <td>16</td> <td>3.566</td> <td>3.199</td> </tr> <tr> <td>Receitas acessórias</td> <td>16</td> <td>14.571</td> <td>13.475</td> </tr> <tr> <td>Juros capitalizados</td> <td>17</td> <td>2.720</td> <td>1.641</td> </tr> <tr> <td>Provisão para perda esperada - contas a receber</td> <td></td> <td>(99)</td> <td>8</td> </tr> <tr> <td>Insumos adquiridos de terceiros</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Custo de construção</td> <td></td> <td>(16.248)</td> <td>(9.827)</td> </tr> <tr> <td>Custos dos serviços prestados</td> <td></td> <td>(94.006)</td> <td>(87.596)</td> </tr> <tr> <td>Materiais, energia, serviços de terceiros e outros</td> <td></td> <td>(41.375)</td> <td>(49.370)</td> </tr> <tr> <td>Outorga</td> <td></td> <td>(59.458)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Valor adicionado bruto</td> <td></td> <td>773.100</td> <td>906.429</td> </tr> <tr> <td>Depreciação e amortização</td> <td></td> <td>(195.651)</td> <td>(184.514)</td> </tr> <tr> <td>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</td> <td></td> <td>577.449</td> <td>721.915</td> </tr> <tr> <td>Valor adicionado recebido em transferência</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Receitas financeiras</td> <td>17</td> <td>11.529</td> <td>75.496</td> </tr> <tr> <td>Valor adicionado total a distribuir</td> <td></td> <td>588.978</td> <td>797.411</td> </tr> <tr> <td>Distribuição do valor adicionado</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Empregados</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Remuneração direta</td> <td></td> <td>28.200</td> <td>28.547</td> </tr> <tr> <td>Benefícios</td> <td></td> <td>13.548</td> <td>14.532</td> </tr> <tr> <td>FGTS</td> <td></td> <td>1.618</td> <td>1.685</td> </tr> <tr> <td>Outras</td> <td></td> <td>743</td> <td>839</td> </tr> <tr> <td>Tributos</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Federais</td> <td></td> <td>175.973</td> <td>200.046</td> </tr> <tr> <td>Estaduais</td> <td></td> <td>151</td> <td>165</td> </tr> <tr> <td>Municipais</td> <td></td> <td>48.290</td> <td>52.127</td> </tr> <tr> <td>Remuneração de capitais de terceiros</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Juros</td> <td></td> <td>46.784</td> <td>120.302</td> </tr> <tr> <td>Aluguéis</td> <td></td> <td>1.666</td> <td>1.826</td> </tr> <tr> <td>Outorga</td> <td></td> <td>-</td> <td>60.608</td> </tr> <tr> <td>Remuneração de capitais próprios</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Dividendos e juros sobre capital próprio</td> <td></td> <td>195.718</td> <td>240.265</td> </tr> <tr> <td>Lucros retidos do exercício</td> <td></td> <td>76.287</td> <td>76.469</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>588.978</td> <td>797.411</td> </tr> </tbody> </table> <p>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</p>								Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)				Receitas	Nota	2020	2019	Custos dos serviços prestados	16	897.951	961.300	Custo de construção		(16.248)	(9.827)	Depreciação e amortização		(194.221)	(183.002)	Custo da outorga		(59.458)	(60.608)	Serviços		(81.963)	(74.357)	Custo com pessoal		(35.317)	(37.501)	Materiais, equipamentos e veículos		(9.951)	(11.068)	Outros		(6.427)	(6.372)	Lucro bruto		494.366	578.565	Despesas gerais e administrativas				Despesas com pessoal		(14.599)	(14.304)	Serviços		(29.806)	(30.030)	Materiais, equipamentos e veículos		(810)	(587)	Depreciação e amortização		(1.430)	(1.512)	Contribuições a sindicatos e associações de classe		(1.030)	(1.497)	Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(3.538)	(4.247)	Reversão (provisão) para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários		1.477	(1.382)	(Provisão) reversão para perda esperada - Contas a receber		(99)	8	Água, luz, telefone, internet e gás		(2.660)	(2.593)	Lei Rouanet, Incentivos audiovisuais, esportivos e outros		(1.656)	(3.210)	Outros		(3.463)	(5.815)	Outros resultados operacionais		2.621	2.191	Resultado antes do resultado financeiro		439.373	515.587	Resultado financeiro	17	(32.596)	(43.298)	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		406.777	472.289	Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos		8	(134.772)	Lucro líquido do exercício		272.005	316.734	Lucro líquido por ação ordinária (em reais - R\$)	15g	0,01854	0,02158	Lucro líquido por ação preferencial (em reais - R\$)	15g	0,02039	0,02374	Demonstrações de resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)					2020	2019		Lucro líquido do exercício	272.005	316.734		Outros resultados abrangentes	-	-		Resultado abrangente do exercício	272.005	316.734		Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)					2020	2019		Receita de pedágio	16	947.181	1.025.072	Receita de construção	16	16.248	9.827	Receita de partes relacionadas	16	3.566	3.199	Receitas acessórias	16	14.571	13.475	Juros capitalizados	17	2.720	1.641	Provisão para perda esperada - contas a receber		(99)	8	Insumos adquiridos de terceiros				Custo de construção		(16.248)	(9.827)	Custos dos serviços prestados		(94.006)	(87.596)	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(41.375)	(49.370)	Outorga		(59.458)	-	Valor adicionado bruto		773.100	906.429	Depreciação e amortização		(195.651)	(184.514)	Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		577.449	721.915	Valor adicionado recebido em transferência				Receitas financeiras	17	11.529	75.496	Valor adicionado total a distribuir		588.978	797.411	Distribuição do valor adicionado				Empregados				Remuneração direta		28.200	28.547	Benefícios		13.548	14.532	FGTS		1.618	1.685	Outras		743	839	Tributos				Federais		175.973	200.046	Estaduais		151	165	Municipais		48.290	52.127	Remuneração de capitais de terceiros				Juros		46.784	120.302	Aluguéis		1.666	1.826	Outorga		-	60.608	Remuneração de capitais próprios				Dividendos e juros sobre capital próprio		195.718	240.265	Lucros retidos do exercício		76.287	76.469			588.978	797.411
Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Receitas	Nota	2020	2019																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Custos dos serviços prestados	16	897.951	961.300																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Custo de construção		(16.248)	(9.827)																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Depreciação e amortização		(194.221)	(183.002)																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Custo da outorga		(59.458)	(60.608)																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Serviços		(81.963)	(74.357)																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Custo com pessoal		(35.317)	(37.501)																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Materiais, equipamentos e veículos		(9.951)	(11.068)																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Outros		(6.427)	(6.372)																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Lucro bruto		494.366	578.565																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Despesas gerais e administrativas																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Despesas com pessoal		(14.599)	(14.304)																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Serviços		(29.806)	(30.030)																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Materiais, equipamentos e veículos		(810)	(587)																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Depreciação e amortização		(1.430)	(1.512)																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(1.030)	(1.497)																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(3.538)	(4.247)																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Reversão (provisão) para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários		1.477	(1.382)																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
(Provisão) reversão para perda esperada - Contas a receber		(99)	8																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Água, luz, telefone, internet e gás		(2.660)	(2.593)																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Lei Rouanet, Incentivos audiovisuais, esportivos e outros		(1.656)	(3.210)																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Outros		(3.463)	(5.815)																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Outros resultados operacionais		2.621	2.191																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Resultado antes do resultado financeiro		439.373	515.587																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Resultado financeiro	17	(32.596)	(43.298)																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		406.777	472.289																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos		8	(134.772)																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Lucro líquido do exercício		272.005	316.734																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Lucro líquido por ação ordinária (em reais - R\$)	15g	0,01854	0,02158																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Lucro líquido por ação preferencial (em reais - R\$)	15g	0,02039	0,02374																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Demonstrações de resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
	2020	2019																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Lucro líquido do exercício	272.005	316.734																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Outros resultados abrangentes	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Resultado abrangente do exercício	272.005	316.734																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
	2020	2019																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Receita de pedágio	16	947.181	1.025.072																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Receita de construção	16	16.248	9.827																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Receita de partes relacionadas	16	3.566	3.199																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Receitas acessórias	16	14.571	13.475																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Juros capitalizados	17	2.720	1.641																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Provisão para perda esperada - contas a receber		(99)	8																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Insumos adquiridos de terceiros																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Custo de construção		(16.248)	(9.827)																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Custos dos serviços prestados		(94.006)	(87.596)																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(41.375)	(49.370)																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Outorga		(59.458)	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Valor adicionado bruto		773.100	906.429																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Depreciação e amortização		(195.651)	(184.514)																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		577.449	721.915																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Valor adicionado recebido em transferência																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Receitas financeiras	17	11.529	75.496																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Valor adicionado total a distribuir		588.978	797.411																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Distribuição do valor adicionado																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Empregados																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Remuneração direta		28.200	28.547																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Benefícios		13.548	14.532																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
FGTS		1.618	1.685																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Outras		743	839																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Tributos																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Federais		175.973	200.046																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Estaduais		151	165																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Municipais		48.290	52.127																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Remuneração de capitais de terceiros																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Juros		46.784	120.302																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Aluguéis		1.666	1.826																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Outorga		-	60.608																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Remuneração de capitais próprios																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Dividendos e juros sobre capital próprio		195.718	240.265																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Lucros retidos do exercício		76.287	76.469																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
		588.978	797.411																																																																																																																																																																																																																																																																																																								

continua

continuação

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VAOESTE S.A. (Companhia Aberta)

Real 2020 x Real 2019					
Veículos Equivalentes					
12/03/2020 a 31/12/2020			12/03/2019 a 31/12/2019		
x			x		
Passeio	Comercial	Total	Passeio	Comercial	Total
-23,4%	3,0%	-13,1%	-18,5%	3,5%	-10,0%

A Controladora (CCR S.A.) instalou comitê de crise, conforme divulgado em Fato Relevante de 18 de março de 2020, para avaliar o impacto da pandemia sobre seus negócios e sobre as pessoas, e vem tomando as medidas necessárias diante dos eventos que vão se sucedendo. Abaixo demonstramos as principais análises e suas respectivas conclusões para os principais possíveis impactos sobre essas demonstrações financeiras: **Avaliação de continuidade operacional:** • Atualmente, revisamos e elaboramos mensalmente (semanalmente no início da quarentena e depois quinzenalmente) cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenuar impactos adversos. Em tais cenários, não se identificou, até o momento, problemas que impactariam a liquidez ou a gerariam quebra de covenants da Companhia. • O evento da pandemia tem causado elevada volatilidade nos mercados financeiros, inclusive no câmbio, onde foi possível constatar importante depreciação do Real frente ao Dólar norte-americano. A Companhia não possui exposição cambial importante. Na revisão dos fluxos de caixa foram consideradas as medidas, abaixo elencadas, que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e aumento de liquidez, diante a situação de crise. São elas: • Contenção de despesas e priorização de investimentos; • Adoção da MP 936/2020 com o intuito de preservar empregos, reduzindo o salário e carga horária de todo o pessoal de liderança em 25%, pelo prazo de 3 meses, com início em maio de 2020, e suspendendo o contrato de trabalho por período de tempo determinado de parte dos colaboradores do grupo de liderados. **Avaliação de ativos não financeiros e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Sob o ponto de vista regulatório nacional, a Companhia entende que o seu contrato de concessão está resguardado por cláusulas de proteção contra eventos de força maior e/ou casos fortuitos. A Companhia obteve parecer de consultor jurídico independente, corroborando o entendimento dela com relação às proteções do contrato de concessão acima mencionado e sobre o evento da pandemia do COVID-19 ser classificado como evento de força maior. Ainda sob o ambiente regulatório, a Advocacia Geral da União (AGU), emitiu o parecer nº 261/2020, à Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, onde concluiu pelo direito dos concessionários a terem seus contratos de concessão reequilibrados pela decorrência dos impactos da referida pandemia. Sendo assim, a Companhia avalia que o contrato será reequilibrado pelos efeitos advindos da pandemia e tais reequilíbrios seriam suficientes para a recuperação dos ativos não monetários e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos. **Avaliação de ativos financeiros:** Não foram identificadas condições que justificassem a constituição de provisão para perdas ao valor recuperável nos ativos. Diante de possíveis cenários de extensão do isolamento social e consequente alongamento de restrições de liquidez do mercado, a Companhia acredita, até o momento, que possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos. Adicionalmente, tendo em vista uma queda significativa de sua geração de resultado a Companhia, como já dito acima, vem realizando diferentes iniciativas, visando readequar sua estrutura de custos e de capital para o novo momento econômico que o Brasil e o mundo passam. **1.3. Outras informações relevantes:** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles: **i. Termo Aditivo Modificativo nº 12/06:** Em fevereiro de 2012, foi recebida pela Companhia solicitação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para apresentação de defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo (TAM) nº 12/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a Companhia foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até 20 de setembro de 2013. Em 26 de setembro de 2013, a Companhia apresentou seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 13 de janeiro de 2014, a Companhia apresentou suas alegações finais. Em 05 de maio de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações sobre referida controvérsia. O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1019684-41.2014.8.26.0053 contra a Companhia pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 12/06. A Companhia ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário nº 1027970-08.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM nº 12/06. Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 12ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. Em 13 de abril de 2016, foi apresentado laudo pericial contábil favorável à concessionária. Em 05 de junho de 2017, o juiz indeferiu os quesitos complementares apresentados pelo Estado de São Paulo e intimou o perito para que se manifeste quanto à similitude entre as ações conexas. Em 12 de julho de 2017, o perito apresentou manifestação confirmando a similitude das questões tratadas nas ações e informando que a perícia já realizada poderia ser aproveitada em ambas as ações. Após manifestação da Companhia, em 12 de setembro de 2017, concordando com o laudo pericial, o juiz, em 07 de novembro de 2017, declarou encerrada a fase de instrução do processo. Na sequência, as partes apresentaram alegações finais. Em 03 de maio de 2018, foi proferida decisão convertendo o julgamento em diligência para requerer ao perito manifestação sobre sete novos quesitos propostos pela juíza. Em 02 de julho de 2018, foi juntado laudo complementar do perito reafirmando suas conclusões anteriores, em resposta aos quesitos formulados pela juíza. Em 28 de junho de 2019, foi proferida sentença julgando improcedente a ação ajuizada pela Companhia e procedente a ação ajuizada pelo Estado e a ARTESP. Em 02 de outubro de 2019, a Companhia interpôs recurso de apelação, que aguarda julgamento. A Companhia propôs também a Ação de Procedimento Ordinário nº 0019924-81.2013.8.26.0053 visando a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 1º de fevereiro de 2015 foi proferida sentença extinguindo o feito sem julgamento de mérito. Em 19 de março de 2015, a Companhia interpôs recurso de apelação ao qual o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) negou provimento em 19 de março de 2018. Em 18 de maio de 2018, a Companhia protocolou os embargos de declaração contra o acórdão que julgou a apelação. Em 30 de julho de 2018, os embargos de declaração foram rejeitados por unanimidade. Em 12 de setembro de 2018, a Companhia interpôs recurso especial e recurso extraordinário. Em 14 de fevereiro de 2019, foi proferida decisão que inadmitiu o recurso especial e foi proferida decisão que tanto inadmitiu como negou seguimento ao recurso extraordinário interpostos pela Companhia. Em 27 de março 2019, a Companhia interpôs agravo em recurso especial, agravo em recurso extraordinário e agravo interno. Em 12 de junho de 2019, foi certificado que o Estado de São Paulo e a ARTESP não apresentaram contrarrazões aos recursos interpostos pela Companhia. Em 26 de setembro de 2019, a câmara especial de presidentes do TJSP, negou provimento ao agravo interno. Os autos foram remetidos ao STJ e em 26 de março de 2020, o Min. Relator conheceu do agravo em recurso especial para conhecer em parte o recurso e negar-lhe provimento. Em 22 de maio de 2020, a Companhia interpôs agravo interno. Na sessão de julgamento do dia 20 de outubro de 2020, foi negado provimento ao agravo interno da concessionária. Em 27 de novembro de 2020, a Companhia opôs recurso de embargos de declaração. Na sequência, em 05 de dezembro de 2020, os réus impugnam o recurso. No momento, aguarda-se julgamento do recurso de embargos de declaração. **ii. Reajuste Tarifário de 2013:** O Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor. O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) e definir várias medidas de compensação da sua não cobrança dos usuários, pela: (i) utilização de 50% do valor de 3% sobre a receita bruta, previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; e (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar. Para efetivar tais deliberações, foram adotadas as seguintes medidas: (i) edição da Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança

dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta (equivalente a 50%), a título de ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013, e (iii) o Conselho Diretor da ARTESP decidiu, em 14 de dezembro de 2013, prorrogar por prazo indeterminado a autorização para o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta. Ocorre que, as medidas estabelecidas pela ARTESP não foram suficientes para compensar integralmente o desequilíbrio econômico-financeiro que as concessionárias suportaram pelo não repasse, aos usuários, do reajuste tarifário definido em 2013. Por essa razão, a Companhia, em 11 de maio de 2017, propôs ação de Procedimento Ordinário nº 1019351-84.2017.8.26.0053 contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, em razão da ausência de reajuste da tarifa de pedágio em 2013 e parcial em 2014. Encerrada a fase de instrução, em 14 de abril de 2020, foi proferida sentença julgando extinta a ação. Na mesma data, o Estado de São Paulo e ARTESP opuseram embargos de declaração. Em 08 de maio de 2020, a Companhia também opôs embargos de declaração e impugnou os embargos dos réus. Em 06 de julho de 2020, foi proferida decisão que rejeitou ambos os embargos. O Estado de São Paulo e a ARTESP, bem como a Companhia, interpuseram, respectivamente, recurso de apelação em 08 de julho e 30 de julho de 2020. Em 27 de agosto de 2020, a Companhia apresentou suas contrarrazões. Aguarda-se o julgamento do recurso de apelação. **iii. Alteração do índice de reajuste de tarifas de pedágio:** Em 05 de janeiro de 2013, a CCR divulgou fato relevante ao mercado, informando que foram celebrados, em 15 de dezembro de 2011, os Termos Aditivos Modificativos (TAMs) aos Contratos de Concessão entre a ARTESP e a Companhia - contrato de concessão nº 003/CR/1998 e TAM nº 22/2011. Referidos TAMs tinham como objeto (i) a alteração do índice de reajuste das tarifas de pedágio dos Contratos de Concessão, de IGP-M para IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e (ii) o estabelecimento do procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro em relação ao índice original do contrato (IGP-M) e sua recomposição, decorrentes da utilização do novo índice de reajuste tarifário (IPCA). Em 29 de junho de 2015, foram celebrados Termos de Rerratificação aos TAMs celebrados, com o objetivo de: (i) adotar como índice de reajuste das tarifas de pedágio do contrato de concessão, aquele que, entre o IGP-M e o IPCA, apresentar menor variação percentual no período compreendido entre a data do último reajuste realizado e a data do reajuste que será realizado; e (ii) estabelecer o procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da aplicação dessa alteração. Diante disso, será caracterizada a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão a favor das concessionárias, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas e efetivamente cobradas pelas concessionárias e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, na forma prevista no anexo 4 do edital de licitação. O procedimento de revisão contratual para reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão em razão da alteração do índice de reajuste da tarifa de pedágio deve ser realizado, tendo em vista os montantes de desequilíbrio apurados anualmente, mediante processo administrativo específico, instaurado pela ARTESP no mês de julho, a cada dois anos de vigência deste instrumento, periodicidade que poderá ser alterada de comum acordo entre as partes, a partir do 5º ano. Ante a demora da ARTESP na inauguração e implementação do primeiro processo administrativo tratando do biênio compreendido entre 1º de julho de 2013 e 30 de junho de 2015, a Companhia, em 05 de abril de 2017, ajuizou ação de Procedimento Ordinário nº 1016978-80.2017.8.26.0053, contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio devido relativamente ao aludido período. Em 18 de outubro de 2019, foi proferida sentença julgando procedente a ação. Contra a sentença, as partes opuseram embargos de declaração, os quais foram rejeitados. Em que pese a sentença ter sido procedente, em 12 de fevereiro de 2020, a Companhia interpôs recurso de apelação, contra a parte da decisão que determinou a instauração de fase de liquidação, tendo em vista que o laudo pericial, adotado na própria sentença, indicou expressamente que o reequilíbrio contratual deverá ser promovido mediante a prorrogação do prazo contratual. Em 25 de março de 2020, as partes requereram a suspensão do feito por 180 (cento e oitenta) dias. Em 08 de abril de 2020, o pedido de suspensão foi deferido. O processo encontra-se suspenso desde então. Em 18 de maio de 2020, a Companhia apresentou suas contrarrazões ao recurso de apelação. Aguarda-se o julgamento do recurso de apelação da Companhia. **iv. Reajuste Tarifário de 2014:** A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido à compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável). Em 02 de julho de 2014, a Companhia propôs Ação de Procedimento Ordinário nº 1026968-03.2014.8.26.0053, visando a regularidade do Contrato, com aplicação do índice contratual às tarifas de pedágio. Em 03 de março de 2015 foi publicada sentença julgando procedente a ação. Em 09 de março de 2015, foram opostos embargos de declaração pela Companhia, pela ARTESP e pelo Estado de São Paulo. Após decisão proferida nos embargos de declaração, a ARTESP e Estado de São Paulo interpuseram recurso de apelação, que foi provido, por unanimidade, em acórdão publicado em 28 de junho de 2016. A Companhia opôs embargos de declaração, que foram rejeitados. A Companhia interpôs recursos especial e extraordinário em dezembro de 2016. Em 31 de maio de 2017, ambos os recursos foram inadmitidos. Em 28 de junho de 2017, a Companhia interpôs agravos em recurso especial e recurso extraordinário. Em 24 de setembro de 2018, foi publicada a decisão monocrática que conheceu do agravo para negar provimento ao recurso especial. Em 16 de outubro de 2018, foi interposto o recurso de agravo interno pela Companhia, que aguarda julgamento. Os acionistas controladores e a administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão. As demonstrações financeiras da Companhia não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **a) Moeda estrangeira:** • Transações com moeda estrangeira: Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados. **b) Receitas de contratos com clientes:** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. **c) Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O contista a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contista a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contista a receber de clientes sem

um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Contabilidade de hedge (hedge accounting):** A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com moeda estrangeira e juros, como *hedge* de valor justo. No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*. A nota explicativa nº 18 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*. **Hedge de valor justo:** *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada, prospectivamente, quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir da data de descontinuação. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **d) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** • Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação. • Aplicações financeiras: Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados. **e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida:** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação. **f) Ativo imobilizado:** • Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é

continua



continuação

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S.A. (Companhia Aberta)

baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. • **Depreciação:** A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 11. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **g) Ativos intangíveis:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados: São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada. • Direito de concessão gerado na aquisição de negócios: Os direitos de concessão, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar as concessões. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, linearmente ou pela curva de benefício econômico. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 12. • Direito de exploração de infraestrutura - vide item "o": Os ativos em fase de construção são classificados como intangível em construção. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável. **h. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment).** • Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perda de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passaria a ser mensurada para a vida inteira do ativo. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: – É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia; ou – O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias. As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. • **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego do projeto de infraestrutura detida, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **i) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **j) Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **k) Benefícios a empregados:** • Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. • Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **l) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto

de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras. O imposto diferido não é reconhecido para: • diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e • diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. **m) Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. A Companhia possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação. **n) Direito da concessão:** Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, é adotada a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº 19) com base nos termos contratuais, sob o entendimento de que o contrato de concessão da Companhia ser contrato executório. A Administração da Companhia avalia que este contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados. **o) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura – (ICPC 01 R1):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. **p) Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicáveis às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional. **q) Informação por segmento:** A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do estado de São Paulo e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos). Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia. **r) Arrendamento mercantil:** A IFRS 16/CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual, valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual e o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "direito de uso de arrendamento" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é

aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. A Companhia não é obrigado a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento. **s) Adoção inicial das normas novas e alterações:** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2020, as seguintes novas normas: As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS:** Traz novos conceitos, forneceu definições, atualização e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclareceu alguns conceitos importantes. **Definição de negócio – Alterações ao CPC 15 (IFRS 3):** Estabelece novos requisitos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos. As alterações introduzem um teste de concentração opcional que permite uma avaliação simplificada sobre se um conjunto adquirido de atividades e ativos não é um negócio. De acordo com o teste de concentração opcional, o conjunto adquirido de atividades e ativos não é um negócio se substancialmente a totalidade do valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrada em um único ativo identificável ou grupo de ativos similares. **Definição de Materialidade – Alterações ao CPC 26 (R1) (IAS 1) e CPC 23 (IAS 8):** Altera a definição de "material" estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis. O objetivo das alterações é facilitar o entendimento da definição de material na IAS 1 e não alterar o conceito subjacente de materialidade das Normas IFRS. O conceito de "ocultação" de informações materiais com informações imateriais foi incluído como parte da nova definição. **Reforma da taxa de juros de referência – Alterações ao CPC 48 (IFRS 9), CPC 08 (IAS 39) e CPC 40 (IFRS 7):** As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de *hedge* decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48 (IFRS 9), CPC 38 (IAS 39), CPC 40 (IFRS 7) e CPC 11 (IFRS 4) relacionados a mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros e contabilidade de *hedge*. **Arrendamentos – Alterações ao CPC 06 (R2) (IFRS 16):** Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos de arrendamento em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando a IFRS 16 como se fosse uma modificação de arrendamento. Este expediente é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorrida como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas: **a)** A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança; **b)** Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021); e **c)** Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento. **t) Novas normas ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06/IFRS 16); • Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 - alterações ao CPC48 (IFRS 9), CPC 38 (IAS 39), CPC 40 (IFRS 7), CPC 11 (IFRS 4) e CPC 06 (IFRS 16); • Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido - alterações ao CPC 27 (IAS 16); • Referências à estrutura conceitual - alterações ao CPC 15 (IFRS 3); • Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26 (IAS 1); e • IFRS 17 - Contratos de seguros.

3. Apresentação das demonstrações financeiras
Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC). As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Em 04 de março de 2021, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota
2o Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC 01 (R1)
8b Impostos diferidos
12 Amortização dos ativos intangíveis
14 Provisão para riscos civis, trabalhistas e previdenciários
18 Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos
Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixa e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). • Derivativos: As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de *swaps* de taxa de juros, que visam à proteção contra riscos de taxas de juros. **Operações de swap de juros:** Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

5. Gerenciamento de riscos financeiros
Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco

continua

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIOESTE S.A. (Companhia Aberta)

de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxa de câmbio; e d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativo às debêntures; (2) Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) relativo ao ônus da concessão; e (3) Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou IGP-M relativo à tarifa básica de pedágio. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 13, 18 e 19. **c) Risco de taxa de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos. **d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos e debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional do negócio, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidos nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	
	2020	2019
Debêntures (a)	337.084	-
Fornecedores e outras contas a pagar	28.842	-
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	4.054	-
Obrigações com o Poder Concedente	1.367	-
(a) Valores brutos do custo de transação. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 236.274, substancialmente compostos por debêntures a pagar, detalhados nas notas explicativas nº 13. Essas dívidas são substancialmente formadas por captações aplicadas em projetos já realizados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.	46.697	6.591

	2020	2019
Caixa e bancos	5.279	6.591
Fundos de investimentos	41.418	-
Total - Caixa e equivalentes de caixa	46.697	6.591
Circulante	2020	2019
Aplicações financeiras	-	-
Fundos de investimentos	17.740	164.312
Total - Circulante	17.740	164.312
Não Circulante	2020	2019
Aplicações financeiras	-	-
Conta reserva (a)	1.740	-
Total - Não Circulante	1.740	-
Total - Aplicações financeiras	19.480	164.312

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 96,33% do CDI, equivalente a 2,67% a.a. (98,6% do CDI, equivalente a 5,86% a.a. em média, em 31 de dezembro de 2019). (a) Refere-se a conta reserva para compensação ambiental na obra de duplicação da rodovia Raposo Tavares.

	2020	2019
7. Contas a receber		
Circulante	2020	2019
Pedágio eletrônico (a)	60.214	64.981
Receitas acessórias (b)	902	733
	61.116	65.714
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	(126)	(27)
	60.990	65.687
Idade de Vencimento dos Títulos	2020	2019
Créditos a vencer	60.932	65.658
Créditos vencidos até 60 dias	58	29
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	67	-
Créditos vencidos há mais de 180 dias	59	27
	61.116	65.714

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão; e (c) A provisão para perda esperada - contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social
a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	406.777	472.289
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(138.304)	(160.578)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
	2020	2019
Despesas indedutíveis	(876)	(1.418)
Incentivo relativo ao imposto de renda	1.878	3.410
Juros sobre capital próprio	2.675	3.372
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(171)	37
Outros ajustes tributários (a)	26	(378)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(134.772)	(155.555)
Impostos correntes	(143.103)	(179.852)
Impostos diferidos	8.331	24.297
	(134.772)	(155.555)
Alíquota efetiva de impostos	33,13%	32,94%

(a) O valor inclui os efeitos de pagamento de R\$ 760 a título de IR e CS (incluindo multa e juros) sobre serviços contratados em anos anteriores, com valor diferente do valor de mercado. **b. Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	Saldo em 2020			
	Reconhecido	Valor	Ativo	Passivo
	2019	Líquido	diferido	fiscal
	no resultado			diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.135	(958)	177	177
Provisão para perda esperada - contas a receber	9	34	43	43
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciário	2.173	(502)	1.671	1.671
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(33.298)	9.574	(23.724)	12.722
Outros	145	183	328	328
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	(29.836)	8.331	(21.505)	14.941
Compensação de imposto	-	-	-	(14.941)
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(29.836)	8.331	(21.505)	(21.505)

	Saldo em 2019			
	Reconhecido	Valor	Ativo	Passivo
	2018	Líquido	diferido	fiscal
	no resultado			diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.160	(25)	1.135	1.135
Provisão para perda esperada - contas a receber	12	(3)	9	9
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	1.703	470	2.173	2.173
Resultado de operações com derivativos	(14.075)	14.075	-	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(43.162)	9.864	(33.298)	12.722
Outros	229	(84)	145	145
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(54.133)	24.297	(29.836)	16.184
Compensação de imposto	-	-	-	(16.184)
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(54.133)	24.297	(29.836)	(29.836)

(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da Lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição), compostos principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

	Início da concessão (a)		Extensão do prazo da concessão (b)		Total	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Circulante	3.297	3.297	41.659	41.659	44.956	44.956
Total	3.297	3.297	41.658	41.658	44.955	44.955
Não Circulante	3.297	6.594	41.658	83.317	44.955	89.911

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram apropriadas ao resultado o montante de R\$ 44.956 (R\$ 44.956 no exercício de 2019). (a) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão ou às indenizações de contratos sub-rogados foram ativados e estão sendo apropriados ao resultado pelo prazo de concessão. (b) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa ao prazo da concessão estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos foi ativado durante o prazo original da concessão e está sendo apropriado ao resultado no período de extensão.

10. Partes relacionadas
 Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2020 e 2019, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações			Saldos	
	2020			2020	
	Receitas	Imobilizado/ intangível	Despesas/ custos com serviços prestados	Ativo Contas a receber	Passivo Fornecedores e contas a pagar
Controladora					
Infra SP	-	-	-	9 (d)	12(d)
Controladora indireta					
CCR	-	-	13.509(a)	21 (d)	1.072(a)
Outras partes relacionadas					
CPC	-	-	34.011(e)(h)	121 (d)	2.663(d) (e)
Samm	3.566 (c)	-	459(f)	2.461 (c)	57(d) (f)
RodoAnel Oeste	-	9 (g)	-	36 (d)	40(d)
Instituto CCR	-	-	298(i)	-	-
SPVias	-	-	-	76 (d)	3(d)
CIIS	-	-	-	13 (d)	17(d)
Renovias	-	-	-	16 (d)	4(d)
ViaMobilidade	-	-	-	10 (d)	18(d)
CCR ViaSul	-	-	-	1 (d)	-
LamVias	-	-	-	52 (d)	168(d)
Total, 31 de dezembro de 2020	3.566	9	48.277	2.816	4.054

	Transações			Saldos	
	2019			2019	
	Receitas	Despesas/ custos com serviços prestados	Despesas financeiras	Contas a receber	Passivo Fornecedores e contas a pagar
Controladora indireta					
CCR	-	12.975 (a)	2.119 (b)	-	1.015(a)
Outras partes relacionadas					
CPC	-	24.302 (e)	-	1 (d)	1.877(e)
Samm	3.199 (c)	502 (f)	-	2.769 (c)	10(d)
Rodoanel Oeste	-	-	-	6 (d)	51(d) (g)
ViaMobilidade	-	-	-	3 (d)	-
SPVias	-	-	-	5 (d)	-
CCR ViaSul	-	-	-	3 (d)	-
Serveng Civilsan	-	-	-	-	1(j)
Total	3.199	37.779	2.119	2.787	2.954
Despesas com profissionais chave da Administração				2020	2019
Remuneração (k):					
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa				586	997
Outros benefícios:					
Provisão para remuneração variável				181	443
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte				156	(897)
Complemento/(Reversão) de PPR do ano anterior pago no ano				31	55
Previdência privada				2	3
Seguro de vida				956	601
Total				2.020	2.019
Saldos a pagar aos profissionais chave da Administração				2020	2019
Remuneração dos administradores (k)				181	542

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 08 de abril de 2020, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 2.700, incluindo salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para a seguridade social. (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos, executada pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento; (b) Refere-se a cessão onerosa de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas do Rodoanel Oeste, conforme autorizado pelo artigo 33 da MP nº 651/14, convertida para Lei 13.043/2014. Os juros de 105% do CDI, foram pagos semestralmente em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação que ocorreu em 28 de outubro de 2019, quando foi efetuado o pagamento do principal desta operação. Em 03 de maio de 2017, o Rodoanel Oeste vendeu os recebíveis para a CCR, sendo que nesta operação houve desconto dos créditos futuros a uma taxa de mercado de 127,73% do CDI; (c) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após o recebimento e aceitação. Qualquer atraso no pagamento está sujeito à incidência de juros à taxa de 1% ao mês, calculados proporcionalmente a partir da data do vencimento até a data do efetivo pagamento, mais multa moratória de 2% sobre o valor devido e atualização monetária calculada pela variação do IGP-M; (d) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores, cujo vencimento se dá no mês subsequente a emissão do documento; (e) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujo valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento; (f) Prestação de serviços de transmissão de dados, cujos valores são liquidados todo dia 20 do mês seguinte ao do faturamento; (g) Refere-se à transferência devido a aquisição de ativos imobilizados; (h) Refere-se a contratação CPC – Divisão Engelog para planejamento e elaboração de projetos de restauração e manutenção de pavimentos, com vigência até 31 de janeiro de 2021. Cujas notas fiscais serão emitidas até o dia 20 de cada mês anterior ao vencimento da parcela, essas últimas que possuem vencimento bimestral; (i) Doação para auxiliar o custeio das atividades e projetos sociais a serem desenvolvidos pelo Instituto CCR; (j) Prestação de serviços por empreitada a preço global de obra de restauração, saldo remanescente referente a caução; e (k) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria. **11. Ativo imobilizado Valor de custo:**

	Taxa média anual de depreciação %	2019		2020		Outros (b)	Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)		
Móveis e utensílios	4.131	(15)	134	-	4.250		
Máquinas e equipamentos	31.628	(260)	875	-	32.243		
Veículos	13.839	(2.838)	1.033	-	12.034		
Instalações e edificações	390	-	11	-	401		
Terrenos	4.722	-	-	-	4.722		
Equipamentos operacionais	82.413	(231)	332	(12)	82.502		
Imobilizado em andamento	2.356	2.524	(1.934)	-	2.921		
Total custo	139.479	2.524	(3.369)	451	(12)	139.073	
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	17	(3.464)	(321)	13	-	(3.772)	
Máquinas e equipamentos	18	(24.367)	(3.779)	238	-	(27.908)	
Veículos	29	(9.534)	(1.984)	2.806	-	(8.712)	
Instalações e edificações	13	(374)	(11)	-	-	(385)	
Equipamentos operacionais	24	(68.824)	(8.000)	230	-	(76.594)	
Total depreciação	(106.563)	(14.095)	3.287	(1.934)	-	(117.371)	
Total geral	32.916	(11.571)	(82)	451	(12)	21.702	

	Taxa média anual de depreciação %	2019		2020		Outros (c)	Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)		
Móveis e utensílios	3.966	-	(60)	225	-	4.131	
Máquinas e equipamentos	32.798	-	(298)	(872)	-	31.628	
Veículos	14.314	-	(1.793)	1.318	-	13.839	
Instalações e edificações	391	-	-	(1)	-	390	
Terrenos	4.722	-	-	-	-	4.722	
Equipamentos operacionais	80.405	-	(1.068)	3.076	-	82.413	
Imobilizado em andamento	3.866	4.133	-	(5.419)	(224)	2.356	
Total custo	140.462	4.133	(3.219)	(1.673)	(224)	139.479	
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	14	(3.077)	(354)	54	(87)	(3.464)	
Máquinas e equipamentos	15	(22.487)	(3.478)	253	1.345	(24.367)	
Veículos	26	(9.352)	(1.899)	1.717	-	(9.534)	
Instalações e edificações	7	(3					

continuação

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S.A. (Companhia Aberta)

	Taxa média anual de amortização %	2019		2020		
		Saldo inicial	Adições	Transfêrências (a)	Outros (c)	Saldo final
Valor de custo						
Total custo		1.824.241	21.389	(451)	(9)	1.845.170
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*) (1.025.288)	(160.533)	-	-	-(1.185.821)	
Direitos de uso de sistemas informatizados	30 (12.855)	(924)	-	-	-(13.779)	
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(1.353)	-	-	-	-(1.353)	
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios (b) (*)	(188.505)	(20.099)	-	-	-(208.604)	
Total amortização		(1.228.001)	(181.556)	-	-(1.409.557)	
Total geral		596.240	(160.167)	(451)	(9)	435.613

	Taxa média anual de amortização %	2018		2019			
		Saldo inicial	Adições	Transfêrências (a)	Outros (c)	Saldo final	
Valor de custo							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	1.520.143	169	-	5.775	(1.369)	1.524.718	
Direitos de uso de sistemas informatizados	13.807	-	(64)	855	-	14.598	
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento	-	673	-	826	-	1.499	
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.353	-	-	-	-	1.353	
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios	251.709	-	-	-	-	251.709	
Total custo		1.787.012	842	(64)	7.456	(1.369)	1.793.877
Intangível		25.081	11.066	-	(5.783)	-	30.364
Intangível em construção		1.812.093	11.908	(64)	1.673	(1.369)	1.824.241

	Taxa média anual de amortização %	2018		2019			
		Saldo inicial	Adições	Transfêrências (a)	Outros (c)	Saldo final	
Valor de custo							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*) (875.354)	(150.647)	-	4	709	(1.025.288)	
Direitos de uso de sistemas informatizados	26 (11.928)	(927)	-	-	-	(12.855)	
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(1.353)	-	-	-	-	(1.353)	
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios	(*) (169.396)	(19.109)	-	-	-	(188.505)	
Total amortização		(1.058.031)	(170.683)	4	709	(1.228.001)	
Total geral		754.062	(158.775)	(64)	1.677	(660)	596.240

(*) Amortização pela curva de benefício econômico; (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível; (b) Direito da Concessão gerado na aquisição de negócios: refere-se ao ágio gerado após a reorganização societária, conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005. (c) Em 2020, R\$ 9 refere-se a desapropriações. E em 2019, R\$ 361 refere-se a baixa de ativo contratados em anos anteriores, com valor diferente do valor de mercado e R\$ 299 refere-se a desapropriações e recuperações de fornecedores. Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 2.528 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 1.432 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019). A taxa média anual de capitalização no exercício de 2020 foi de 7,08% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) e 5,34% a.a. no exercício de 2019.

13. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custo de transação incorridos	Saldo dos custos a apropriar	Vencimento final	2020		2019	
						2020	2019	2020	2019
6ª Emissão - Série única	IPCA + 6,2959% a.a.	6,6313% (b)	3.706	770	de 2021	314.444	299.848	(c)	(d)
7ª Emissão - Série única	106,25% do CDI	0,0722% (a)	-	-	de 2020	-	-	-	(c)
Total geral				<u>770</u>		<u>314.444</u>	<u>630.883</u>		
Circulante						315.214	333.435		
Debêntures						(770)	(1.006)		
Custo de transação						314.444	332.429		
Não Circulante							- 299.224		
Debêntures							(770)		
Custo de transação							- 298.454		

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. (b) O custo efetivo desta transação refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis. **Garantias:** (c) Garantia real. (d) Fiança corporativa da CCR em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão. A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculados aos contratos de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente. 1. Em 15 de novembro de 2016, ocorreu a 6ª emissão de debêntures nominativas, escriturais, simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, enquadradas na Lei nº 12.431/2011 e nos termos da Portaria nº 605/2016 do Ministério dos Transportes, com valor nominal total de R\$ 270.000, vencimento em 15 de novembro de 2021, atualização pelo IPCA e juros remuneratório de 6,2959% a.a.. Os juros estão sendo pagos semestralmente desde 15 de novembro de 2017 e o principal será no vencimento. Dentre as principais cláusulas de restrição, a Emissora obriga-se a não distribuir dividendos caso o índice Dívida Líquida / EBITDA seja maior de 4, apurado semestralmente. Poderá ocorrer resgate antecipado da totalidade das debêntures após 4 anos a partir da data de emissão, mediante pagamento de prêmio, conforme fórmula constante da escritura de emissão, e não poderá ser objeto de amortização extraordinária facultativa. As debêntures continuarão vigentes até a data de vencimento e contarão com fiança e garantia real da Companhia, caso ocorra o término do contrato de concessão como consequência de decisão judicial transitada em julgado, relativa a certas ações que tenham sido movidas pelo Estado de São Paulo e a ARTESP contra a emissora. Em 30 de novembro de 2020, esta emissão foi liquidada. As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

14. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários
A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis. A Administração constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos; (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2019		2020	
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Saldo final
Não circulante				
Cíveis e administrativos	2.471	905	(387)	351
Trabalhistas e previdenciários	3.922	2.215	(373)	264
Total	<u>6.393</u>	<u>3.120</u>	<u>(760)</u>	<u>615</u>

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	2020		2019	
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Saldo final
Cíveis e administrativos		235		547
Trabalhistas		453		1.031
Total		<u>688</u>		<u>1.578</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 4.098 (R\$ 3.685 em 31 de dezembro de 2019).

15. Patrimônio Líquido: a) Capital social: O capital social da Companhia é de R\$ 139.763, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 13.976.292,242 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 6.988.146,121 ordinárias e 6.988.146,121 preferenciais. **b) Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **c) Reserva de capital:** A reserva de capital, no montante de R\$ 2.642, é oriunda da diferença entre o valor do ativo líquido incorporado e o valor do patrimônio líquido da Wolfson Empreendimentos Ltda., por ocasião de sua incorporação conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005. **d) Reserva de retenção de lucros:** Foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. A retenção foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração, aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária. **e) Dividendos:** Em 20 de abril de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos no montante de R\$ 76.469 correspondentes a R\$ 5,2108 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 5,7319 por lote de mil ações preferenciais, à conta dos dividendos adicionais propostos do exercício social de 2019, pagos em 23 de abril de 2020. Em 23 de novembro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 187.850 correspondentes a R\$ 10,9028 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 11,9931 por lote de mil ações preferenciais, a serem pagos em 25 de novembro de 2020, e R\$ 1,8977 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 2,0875 por lote de mil ações preferenciais, a serem pagos em 22 de dezembro de 2020, sendo R\$ 187.850 à conta da totalidade dos lucros apurados no período de 1º de janeiro de 2019 a 30 de setembro de 2020. A Administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 75.100, a serem aprovados na AGO de 2021. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2020, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2020
Lucro líquido do exercício	272.005
(-) Constituição de reserva legal	-
Lucro líquido ajustado	272.005
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	68.001
Total de juros sobre capital próprio pagos	7.868
Total dos dividendos pagos	187.850
Total de dividendos e juros sobre capital próprio pagos	195.718

f. Juros sobre capital próprio: Em 18 de dezembro de 2020, foi aprovado em Ata de Assembleia Geral Extra-

dinária, o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 7.868, relativo ao lucro do exercício, pago em 22 de dezembro de 2020. **g. Lucro por ação básico e diluído:** A Companhia possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	2020	2019
Numerador		
Lucro líquido	272.005	316.734
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias - básico e diluído (em milhares)	6.988.146	6.988.146
Média ponderada de ações preferenciais - básico e diluído (em milhares)	6.988.146	6.988.146
Lucro por ação ordinária - básico e diluído - (em reais)	0,01854	0,02158
Lucro por ação preferencial - básico e diluído - (em reais) (a)	0,02039	0,02374

(a) Para as ações preferenciais da Companhia é assegurado o recebimento de dividendos, em 10% maior que às ações ordinárias.

	2020	2019
16. Receitas operacionais		
Receitas de pedágio	947.181	1.025.072
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	16.248	9.827
Receitas acessórias	14.571	13.475
Receitas de prestação de serviço de partes relacionadas	3.566	3.199
Receita bruta	<u>981.566</u>	<u>1.051.573</u>
Impostos sobre receitas	(83.614)	(90.273)
Devoluções e abatimentos	(1)	-
Deduções da receita bruta	<u>(83.615)</u>	<u>(90.273)</u>
Receita operacional líquida	<u>897.951</u>	<u>961.300</u>

	2020	2019
17. Resultado financeiro		
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures	(29.059)	(47.952)
Capitalização de custos de debêntures	2.720	1.641
Perda com operações de derivativos	-	(51.407)
Valor justo sobre debêntures (fair value hedge)	-	(1.058)
Varição monetária sobre debêntures	(17.330)	(16.923)
Juros e variações monetária com partes relacionadas	-	(2.119)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(10)	(9)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(446)	(967)
	<u>(44.125)</u>	<u>(118.794)</u>

	2020	2019
Receitas financeiras		
Varição monetária sobre debêntures	3.774	1.081
Rendimento sobre aplicações financeiras	6.800	14.287
Ganho com operações de derivativos	-	54.512
Valor justo sobre debêntures (fair value hedge)	-	4.454
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	5	2
Juros e outras receitas financeiras	950	1.160
	<u>11.529</u>	<u>75.496</u>

(32.596) (43.298)

18. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A., possui um Comitê de Resultados e Finanças, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração da controladora CCR S.A. sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos. Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas Demonstrações Financeiras, conforme o quadro a seguir:

	2020		2019	
	Ativos financeiros justos por mensurado meio do resultado	Passivo financeiro mensurado ao custo	Ativos financeiros justos por mensurados meio do resultado	Passivo financeiro mensurado ao custo
Ativos				
Caixa e bancos	5.279	-	6.591	-
Aplicações financeiras	59.158	-	164.312	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	1.740	-	-	-
Contas a receber	-	60.990	-	65.687
Contas a receber - partes relacionadas	-	2.816	-	2.787
Passivos				
Debêntures (a)	-	(314.444)	-	(630.883)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	(28.842)	-	(16.717)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	(4.054)	-	(2.954)
Obrigações com o Poder Concedente	-	(1.367)	-	(1.358)
	<u>66.177</u>	<u>63.806</u>	<u>(348.707)</u>	<u>170.903</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • **Caixa e bancos e aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas - conta reserva**

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo (nível 2). As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na "curva do papel" e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil. • **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. • **Obrigações com o Poder Concedente** - Consideram-se os valores contábeis desse instrumento financeiro equivalentes aos valores justos, por se tratar de instrumento financeiro com característica exclusiva, oriundo de fontes de financiamentos específicos. • **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2020		2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)	315.214	337.088	632.659	662.484

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", a seguir. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). **Hierarquia de valor justo:** A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

	2020		2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Aplicações financeiras		60.898		164.312
Debêntures a pagar		314.444		630.883

Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • **Nível 1:** preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível 2:** inputs, diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **Instrumentos financeiros derivativos:** As operações em aberto com derivativos em 31 de dezembro de 2020, têm por objetivo principal a proteção contra flutuações de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de hedge e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado. Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão. As operações foram liquidadas no exercício de 2019. Segue abaixo o quadro com o resultado das operações com derivativos:

	Valores brutos contratados e liquidados		Resultado	
	Moeda Local Recebidos/ (Pagos)	2020	Moeda Local Recebidos/ (Pagos)	2020
Total das operações liquidadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019				
Total das operações		47.902		3.105
Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção		47.902		3.105

	2020		2019	
	Moeda Local Recebidos/ (Pagos)	2020	Moeda Local Recebidos/ (Pagos)	2020
Riscos de juros		-		3.105
		-		3.105

Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros. A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e aplicações financeiras

continua

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAESTE S.A. (Companhia Aberta)

com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2021 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até em R\$ (4)(5)	Exposição em R\$ (4)(5)	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures - 6ª Emissão	IPC-A (3)	Novembro de 2021	315.214	(29.885)	(33.093)	(36.296)
Aplicação financeira (Menkar II) (6)	CDI (2)		59.158	1.087	1.358	1.630
Total do efeito de ganho ou perda				<u>(28.798)</u>	<u>(31.735)</u>	<u>(34.666)</u>

As taxas de juros consideradas foram(1):
 CDI (2) 1,90% 2,38% 2,85%
 IPC-A (3) 4,52% 5,65% 6,78%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo: Nos itens (2) a (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável: (2) Refere-se à taxa de 31/12/2020, divulgada pela B3; (3) Refere-se a variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE; (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2020, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; (5) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI e IPCA); (6) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada.

19. Compromissos vinculados ao contrato de concessão
a. Compromissos com o Poder Concedente: Outorga Variável: Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita mensal bruta. A partir de julho de 2013 (exceto outubro de 2013), a alíquota passou a ser de 1,5% sobre a receita bruta mensal, conforme autorizado pelo Poder Concedente. No decorrer do exercício de 2020, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 14.493, referente ao direito de outorga variável (R\$ 15.589 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).
b. Compromissos relativos à concessão: A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo das concessões. Os valores demonstrados refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início de cada contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com os Poderes Concedentes e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020 esses compromissos estavam estimados em R\$ 358.811 (R\$ 337.566 em 31 de dezembro de 2019). Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

20. Demonstração dos fluxos de caixa
20.1. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Realizado - 01/01/2021 a 25/02/2021	Realizado - 01/01/2020 a 31/01/2020	% Variação
Receita líquida de receita de construção	77.866	80.699 -4%

Real 2021 x Real 2020			
Veículos Equivalentes			
Realizado - 01/01/2021 a 25/02/2021			
x			
Realizado - 01/01/2020 a 31/01/2020			
Passeio	Comercial	Total	
-8,7%	9,6%	-1,7%	

Dividendos e Aplicações			
Debêntures	JCP a pagar	Aplicações financeiras	Total
(630.883)	-	-	(630.883)
Saldo Inicial			
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Pagamento de principal e juros	359.054	-	359.054
Dividendos e JCP pagos	-	271.007	271.007
Aplicações (conta reserva)	-	-	1.740
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	359.054	271.007	1.740
Outras variações	359.054	271.007	1.740
Despesas com juros, variação monetária	(42.615)	-	(42.615)
Outras variações	-	(271.007)	(271.007)
Total das outras variações	(42.615)	(271.007)	(313.622)
Saldo Final	(314.444)	1.740	(312.704)

21. Eventos subsequentes: • Coronavírus: Conforme Comunicados ao Mercado divulgados semanalmente pela Companhia, verificou-se no período de 1º de janeiro a 25 de fevereiro de 2021, em comparação com o mesmo período do ano anterior, os seguintes efeitos na demanda:

Real 2021 x Real 2020			
Veículos Equivalentes			
Realizado - 01/01/2021 a 25/02/2021			
x			
Realizado - 01/01/2020 a 31/01/2020			
Passeio	Comercial	Total	
-8,7%	9,6%	-1,7%	

Receita líquida de receita de construção
 Receita líquida de receita de construção 01/01/2021 a 31/01/2021 01/01/2020 a 31/01/2020 % Variação
 77.866 80.699 -4%

Composição do Conselho de Administração			Composição da Diretoria			Contador		
Fábio Russo Corrêa - Presidente do Conselho Ana Luiza Borges Martins- Vice-Presidente Rodrigo Siqueira Abdala - Conselheiro			José Salim Kallab Fraiha Diretor-Presidente e de Relações com Investidores Fábio Russo Corrêa - Diretor de Engenharia e Operações			Hélio Aurélio da Silva CRC 1SP129452/O-3		

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Concessionária da Rodovia do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.
 São Paulo - SP. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Rodovia do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária da Rodovia do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião com ressalva:** Conforme nota explicativa 1.1 às demonstrações financeiras, foi celebrado por sua controladora, o Termo de Autocomposição com o Ministério Público do Estado de São Paulo (“Instrumento”) do qual a Companhia é parte integrante. Os efeitos relevantes desse instrumento, aplicáveis a Companhia, foram refletidos nas demonstrações financeiras emitidas. As investigações das autoridades públicas não foram concluídas e, dessa forma, novas informações podem ser reveladas no futuro. A Companhia e sua controladora não puderam nos apresentar a totalidade das informações e documentação correlata, por estarem protegidas por segredo de justiça, conforme mencionado na referida nota explicativa. No momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto nestas demonstrações financeiras. Consequentemente, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes e/ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e informações correspondentes divulgadas para fins de comparação. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção acima intitulada “Base para opinião com ressalva”, essa demonstração do valor adicionado e respectivos valores correspondentes foram adequadamente elaborados, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Em decorrência do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, não foi possível concluir se as outras informações também poderiam estar distorcidas de forma relevante pela mesma razão, com relação aos valores e outros aspectos descritos na referida seção. **Principal assunto de auditoria:** Com exceção do assunto descrito na seção Base para opinião com ressalva, não existem outros principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.
 São Paulo, 4 de março de 2021
Wagner Bottino
 Contador CRC 1SP19697/O-7

KPMG Auditores Independentes
 CRC 2SP014428/O-6

Fazgran Empreendimentos Imobiliários S/A
 C.N.P.J. nº 61.950.796/0001-38
Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2020, bem como os valores comparativos referentes a 2019, expressos em reais, com eliminação dos centavos. Estamos à disposição de V.Sas. para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

	Balanço Patrimonial		Demonstração de Fluxo de Caixa	
	2019	2020	2019	2020
Ativo	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020
Circulante	23.965.942	13.873.302	708.657	175.499
Disponível	22.053	58.682	19.381	19.316
Créditos em Transitó	-	-	352.785	43.664
Adiantamentos	17.827	3.365	59.536	56.636
Aplicações Financeiras	2.095.878	2.014.240	1.200	1.325
Clientes	12.866.098	256.907	275.755	54.558
Outros Créditos	1.454.663	5.811.669	11.367.333	236.795
Estoques	7.509.423	5.728.439	-	-
Não Circulante	56.616	38.273	12.866.098	256.906
Imobilizado	25.380	19.350	1.498.765	20.111
Intangível	31.236	18.923	11.946.568	13.499.281
Total do Ativo	24.022.558	13.911.575	11.925.573	13.103.554
			20.995	395.727
			24.022.558	13.911.575

Demonstração da Conta Resultado do Exercício		Demonstração de Lucros/Prejuízos Acumulados		
2019	2020	2019	2020	
Receita Bruta das Vendas	10.439.541	23.744.686	6.614.548	20.995
(-) Impostos sobre Vendas	381.043	866.682	6.020.995	17.538.626
(-) Devoluções de Vendas	-	-	-	(1.177.981)
Receita Líquida das Vendas	10.058.498	22.878.004	(6.614.548)	(6.000.000)
(-) Custo das Vendas	1.515.875	3.259.638	(6.000.000)	(15.985.913)
Lucro Bruto das Vendas	8.542.623	19.618.366	20.995	395.727
Receitas Diversas	52.340	15		
Receitas Financeiras Líquidas	59.083	-		
(-) Despesas: Despesas Administrativas	1.840.583	1.185.434		
Despesas Tributárias	41.276	27.582		
Despesas Comerciais	430.180	117.184		
Despesas Financeiras	-	438		
Resultado antes do IR e da CS	6.342.007	18.287.743		
(-) Provisão para Contribuição Social	68.669	267.502		
(-) Provisão para Imposto de Renda	252.343	481.615		
Lucro Líquido do Exercício	6.020.995	17.538.626		
Lucro por Mil Ações	39,08	113,84		

A Diretoria		
Marli Camargo Adami		
Contadora CRC/SP nº 1SP164.269/O-1		

Demonstração de Fluxo de Caixa
 Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais 2019 2020
 (+) Lucro Líquido do Exercício 6.020.995 17.538.626
Ajustes ao Lucro Líquido
 (+) Depreciação/Amortização 20.555 21.122
Ajustes Variação Contas Ativo e Passivo Operacional
 (+/-) Diminuição/Aumento Conta Clientes (10.891.736) 12.609.191
 (+/-) Diminuição/Aumento Conta Imposto a Recuperar 2.705 2.993
 (+/-) Diminuição/Aumento Conta Adiantamento Funcionários (16.968) 14.461
 (+/-) Aumento/Diminuição Conta Estoques de Loteamentos 2.831.649 1.780.983
 (+/-) Diminuição/Aumento Créditos Diversos (1.450.000) 1.450.000
 (+/-) Diminuição/Aumento Conta Empréstimos - (5.810.000)
 (+/-) Aumento/Diminuição Conta Remunerações a Pagar 887 (2.899)
 (+/-) Aumento/Diminuição Conta Fornecedores 623 (64)
 (+/-) Aumento/Diminuição Conta Tributos a Pagar (66.396) (309.121)
 (+/-) Aumento/Diminuição de Contas a Pagar - 125
 (+/-) Aumento/Diminuição da Conta de Provisões (91.789) (221.197)
(=) Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais (3.639.475) 27.074.220
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos
 (+/-) Resultado Financeiro Operacional Compra/Venda de imobilizado (4.775) (2.779)
 (-) Diminuição do Diferido 9.503.033 (11.130.537)
(=) Caixa Líquido usado nas Atividade de Investimento 9.498.258 (11.133.316)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos
 (-) Pagamentos de Dividendos (6.000.000) (15.985.913)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamentos (6.000.000) (15.985.913)
Aumento/Diminuição Líquido ao Caixa e Equivalente de Caixa (141.217) (45.009)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período 2.259.148 2.117.931
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período 2.117.931 2.072.922
Variação de Contas Caixa/Bancos/Equivalente 141.217 45.009

